

Diretrizes da CONAE na contramão da dinâmica da educação superior

Fábio José Garcia dos Reis

Maio de 2010

A Conferência Nacional de Educação (CONAE) foi realizada em Brasília entre os dias 28 de março a 01 de abril objetivo de apresentar propostas de diretrizes e estratégias para a elaboração do Plano Nacional de Educação (2011 – 2020). As propostas foram entregues ao Ministério da Educação, que vai sistematizar as ideias dos documentos-base e elaborar o texto final, que servirá de referência para o Plano Nacional de Educação.

Antes de discutir as diretrizes da CONAE para a educação superior, é importante fazer referência às organizações que participaram da conferência. Participaram aproximadamente quarenta organizações que representam instituições de caráter público, sindical, estudantil e político.

Houve a participação da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, que defende os interesses das IES comunitárias e confessionais e de outras que atuam de forma alinhada com os interesses públicos. Os sindicatos ou associações que representam o setor privado da educação superior não participaram. Por exemplo, a Associação Brasileira de Ensino Superior (ABMES), a Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU) e o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) não estavam presentes na CONAE. O que explica? Foram convidados e não participaram ou as associações do setor privado foram excluídas da conferência?

De toda forma, é estranha a realização de uma conferência que tem o objetivo de discutir as diretrizes nacionais da educação e o setor privado da educação superior, que tem 75% das matrículas, não participar. Como podemos acreditar no sucesso da Conferência e do Plano Nacional de Educação sem o diálogo?

Difícilmente, teremos um projeto nacional de educação sem a ampla participação de todas as associações representativas. Espero que o Estado, por meio do Ministério da Educação, não queira impor um Plano Nacional sem o devido debate. É míope a visão de diversos setores que continuam enxergando a iniciativa privada na educação como uma ameaça à qualidade do sistema educacional. Não se pode generalizar a situação do setor privado. Argumentar que as instituições de educação superior de iniciativa privada contribuem com a mercantilização do ensino é, no mínimo, um exagero.

As discussões da CONAE foram divididas em eixos. Para os participantes, o Estado tem que assumir o papel de protagonista na elaboração de um sistema nacional de educação articulado, já que a educação é um direito social inalienável. É óbvio que o Estado tem que assumir o papel protagonista e articulador do Plano Nacional de Educação, mas esse papel não pode ser confundido com atitudes interventoras e confusas, em que o Estado atua como responsável pela dinâmica do sistema educacional.

O Estado tem que assumir o papel de agente estrategista e promotor da discussão, para catalisar as propostas das diferentes associações que representam a educação superior. A educação é um direito social, porém, isso não significa que a educação precisa ser estatizada, que o modelo de gestão das IES públicas precisa ser o parâmetro para a organização das IES privadas ou que o financiamento estatal tem que ser exclusivo para as IES públicas.

O relatório produzido pelos participantes da CONAE confunde o direito social da educação com controle do Estado. Por ser considerada um bem público e um direito social, em que os cidadãos precisam ter acesso, a perspectiva da CONAE é que as políticas educacionais precisam ser controladas pelo Estado. É infeliz a perspectiva de que somente o setor público pode colaborar com a inclusão social, com o acesso na educação superior e com a melhoria das condições de vida. Aliás, o relatório da CONAE reafirma que a educação pública tem que ser gratuita, democrática, inclusiva e de qualidade.

Novamente, não se coloca em discussão a possibilidade de cobranças de taxas nas IES públicas. Se o Estado, através do MEC, incentiva diversas

ações de inclusão e fortalece as cotas para diversos grupos sociais, porque não se discute a cobrança de taxas para as pessoas que podem pagar pelo ensino em IES públicas?

A CONAE deveria sugerir um acompanhamento da vida profissional dos egressos das IES públicas para verificar se esses egressos colaboram com a sociedade após concluírem seus cursos ou se usam o conhecimento adquirido para fins particulares e acumulação de capital. Acredito que os egressos formados em IES públicas são beneficiados em suas vidas privadas e o retorno social, para a sociedade, é inexpressivo.

O tema da gestão é polêmico. Os participantes da CONAE acreditam que a gestão democrática de uma instituição é a melhor alternativa para a plena realização de seus objetivos pedagógicos, qualitativos, estratégicos, financeiros e administrativos.

A CONAE recomenda a formação de conselhos deliberativos coletivos nas instituições públicas e privadas de todos os níveis. Acredita que democratizar a gestão é o caminho para a consolidação da LDB. Outra recomendação é a eleição direta para diretores em todas as instituições públicas e privadas e sistemas de ensino.

Os conselhos externos podem colaborar com a melhoria da qualidade acadêmica, financeira e administrativa de uma IES, mas os conselhos não podem ter o caráter de interferência nas políticas institucionais e devem ser uma opção da instituição. A gestão educacional supõe conhecimentos e atitudes que nem todo acadêmico ou representante da sociedade possui. Acreditar que a gestão democrática de uma IES trará benefícios para a qualidade da educação é um equívoco. Nos últimos anos, em alguns casos, a democracia na gestão das IES tem colaborado com o corporativismo, com a atuação de partidos políticos e com a ineficiência institucional.

Uma IES de iniciativa privada tem o direito de escolher seus mecanismos de gestão. Uma instituição privada é uma organização civil que tem proprietários e investidores, que possuem o direito de definir o melhor estilo de governo e escolher seus gestores. A experiência internacional

demonstra que as universidades que ocupam o topo dos rankings internacionais são governadas por pessoas capazes de exercer a gestão. A participação da sociedade em conselhos universitários é bem vinda, desde que, não sirva para o controle social da IES.

Para o CONAE, as instituições do setor privado, ao compor o sistema nacional de educação, precisam subordinar-se ao Estado, inclusive, no que se refere à fiscalização das receitas. A CONAE considera que o direito de atuar da IES privadas é uma concessão do Estado, por isso, o MEC deve exercer o papel fiscalizador e punitivo.

Não há dúvida que o MEC precisa criar mecanismos de orientação, incentivo à aprendizagem institucional e punição às IES que não cumprem as diretrizes de qualidade estabelecidas pelo consenso entre as associações que atuam no sistema educacional. Entretanto, a punição não pode ser entendida como uma atitude que se sobreponha ao direito de defesa, argumentação, revisão dos processos e implementação de medidas que melhorem a qualidade da IES. A punição tem que ser precedida por ações acertivas.

Os participantes da CONAE retomam propostas de limitação da participação do capital internacional que já foram defendidas pelo MEC. Considera-se que o investimento internacional colabora com a transformação da educação em mercadoria. A CONAE reage aos negócios da educação. A educação é um setor da economia que movimenta recursos financeiros e precisa de investimentos públicos e privados. É legítimo que investidores e empresários atuem nos negócios da educação. Cabe ao Estado legislar e estabelecer diretrizes para a atuação do capital internacional. As diretrizes não podem ser entendidas como controle.

Em um ambiente cada vez mais diversificado, em que as diferenças institucionais precisam consolidar-se, é necessário investir na diversidade dos projetos institucionais das IES. O relatório do CONAE propõe o contrário, pois sugere que as instituições não universitárias, que são autônomas, assumam o compromisso com a pesquisa e extensão. Nem todas IES, mesmo que tenha autonomia, necessita produzir pesquisa, no mesmo nível das universidades focadas em investigação. É preciso discutir o tipo de pesquisa que se propõe.

Não há relação entre autonomia universitária e pesquisa e extensão. Uma instituição pode ser autônoma e não fazer pesquisa. A pesquisa demanda financiamento e vocação. É obvio que a pesquisa institucionalizada colabora com a produção do conhecimento e que as IES precisam ter programas institucionalizados de pesquisa. Programas institucionalizados de pesquisa não significam programas de mestrado e doutorado, mas sim, programas perenes, alinhados com identidade e com o plano de desenvolvimento institucional da IES.

A CONAE fez uma série de sugestões que precisam ser amplamente avaliadas e, em alguns casos, podem ser consideradas, no mínimo, como propostas desconectadas com a dinâmica da educação superior. Por exemplo, a proposta de redução do número de alunos por sala de aula. Não há evidências de que uma sala de aula no ensino superior com 30 alunos seja determinante para a aprendizagem dos alunos e para a qualidade do ensino.

Outras sugestões referem-se ao aumento das cotas e da expansão das vagas nas universidades públicas. No que se refere a cotas, sugere-se 50% de vagas reservadas para os diferentes mecanismos de acesso dos grupos sociais excluídos. Sobre a expansão, o relatório chega a sugerir que as IES públicas precisam ter 60% das vagas e as IES privadas 40%.

Na atual circunstância, essa proporção significaria uma mudança significativa no sistema educacional e um nível de investimento público que dificilmente o Brasil terá condições de suportar. O relatório da CONAE sugere também que o Estado mais que duplique seu investimento na educação. Dos atuais 4,7%, a proposta é que o Brasil atinja 10% em 2014. O relatório da CONAE não explica como atingir os 10% em tão pouco tempo.

Instituir um sistema integrado de educação, parâmetros de qualidade, metas para as universidades públicas e privadas, indicadores que possam medir a relação custo aluno / qualidade, ações afirmativas de inclusão, planos de qualificação e melhoria da formação do professor e aumentar o investimento na educação são ações positivas e que precisam ser consideradas na elaboração do Plano Nacional de Educação.

A iniciativa e os resultados da CONAE poderiam ser melhor aproveitados se houvesse a participação das associações que representam o setor privado e, especialmente, se os participantes estivessem sintonizados com as melhores dinâmicas da educação superior. Há muitas propostas anacrônicas e que provavelmente impedirão o Brasil de se tornar um país com melhores resultados qualitativos.

O anacronismo também está na postura política de grupos que participaram da CONAE. Infelizmente, continuaremos com uma série de confrontos políticos e não construiremos um Plano Nacional de Educação que proporcione transformações reais para o Brasil.

Concordo com o editorial do jornal “O Estado de São Paulo”, do dia 7 de abril. O Título foi “O ranço ideológico na educação”. Segundo o “Estadão”, o governo, através do MEC, ao promover a CONAE, cometeu erros semelhantes a Conferência sobre Comunicação e Direitos Humanos, ao estatizar as discussões. Não podemos concordar que o debate sobre o PNE torne-se ideológico. O debate sobre o PNE tem que contar com a participação de todos os representantes do setor educacional.

Por outro lado, concordo com a argumentação de Simon Schwartzman: as associações que representam o setor privado precisam deixar de serem passivas. É preciso apresentar-se para o debate com argumentos sólidos. De modo geral, não há nas propostas da CONAE, sintonia com os melhores parâmetros de educação superior do mundo. Então é preciso perguntar: O que as associações do setor privado propõem como inovador e sintonizado com as melhores práticas internacionais, no processo de elaboração do Plano Nacional de Educação?